



-----ATA NÚMERO SEIS/DOIS MIL E DEZASSEIS-----

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2016-----

----Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, nesta Cidade do Marco de Canaveses, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo Sacadura Cabral, reuniu a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, coadjuvado por **Gil Fernando Mendes Rodrigues**, Primeiro Secretário, e **Maria Estela Vieira Freitas**, Segunda Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: ----

----PONTO UM – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Extraordinária do dia dezassete de outubro de dois mil e dezasseis. -----

----PONTO UM, PONTO DOIS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do Artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 3 do artigo 18.º e dos Artigos 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia. -----

----PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. -----

----PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta de alteração ao Artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2017. -----



---PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. -----

---PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. Tomada de Conhecimento. -----

---PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Eleição de um membro da Assembleia Municipal para o exercício de funções na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Marco de Canaveses, de acordo com os Artigos 17.º e 26.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro. -----

---Pelas nove horas, o Presidente da Assembleia Municipal mandou proceder à contagem, tendo sido dado como presentes, de acordo com o mapa já rubricado, os seguintes membros: António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, Rolando António França Pimenta, Carla Manuela de Abreu Massa e Babo Ribeiro, Mário Luís da Silva Monteiro, Luís António Pereira Pinto, José António Brito e Osório de Valdoleiros, Maria Estela Vieira Freitas, Bruno Alexandre da Silva Ribeiro, José Abel da Silva Soares Coutinho, Jorge Manuel de Sousa Pessoa, Ana Marisa Monteiro de Moura Pinto, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Joaquim Madureira, Gil Fernando Mendes Rodrigues, António Filipe de Abreu Ribeiro de Carvalho Teles Massa Babo, José Pedro Pinto dos Reis, Olímpio José de Almeida, Patrícia Pinto Vieira, Bruno Miguel Morais Magalhães Pinto, Fernando António Morais de Queirós, Benjamim Francisco Marques, António Ferreira Pinto, Abílio Moreira de Castro, Cristina Lasalete Cardoso Vieira, Joaquim Eduardo Mendes Silva, José Fernando Barros Barbosa, Miguel João Teixeira Carneiro, Domingos Manuel Soares Dias, Maria de Fátima Barbosa Ribeiro (Substituta legal do Presidente da Junta de Freguesia de Avedas e Rosém, Manuel Azevedo de Sousa, de acordo com a alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do



Artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), Joaquim de Azevedo Oliveira, Mário Bruno da Silva Magalhães, António Augusto Machado de Queirós Santana, António Manuel Pinto de Matos, Susana Raquel Vieira Pereira (Substituta legal do Presidente da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, José Leitão do Couto, de acordo com a alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do Artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira e Fernando Joaquim Teixeira Monteiro. -----

----Faltaram os Membros da Assembleia Municipal: Manuel Azevedo de Sousa e José Leitão do Couto (1). -----

----O plenário contou com a presença do Executivo da Câmara Municipal: Manuel Maria Moreira – Presidente, José António Carvalho Soares da Mota, Vice-presidente, Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro de Oliveira, Vereadora em regime de permanência, Vitor Manuel de Vasconcelos Gonçalo, Vereador em regime de permanência e dos Vereadores em regime de não permanência, António Miguel Moreira Martins, Bruno Filipe Teixeira Magalhães, e José Agostinho de Sousa Pinto. -----

----Iniciando a sessão com trinta e seis (36) membros, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, depois de cumprimentar todos os presentes, informou que se iriam realizar dois atos tomadas de posse, pelo que deu a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, **Gil Fernando Mendes Rodrigues**, que a fim de proceder à sua instalação como membros desta Assembleia Municipal, chamou **Fernando António Morais de Queirós** e **Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira**, para preenchimento das vagas, por ausência inferior a trinta dias, dos membros **Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana** e **Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro**. -----

----Após a leitura dos termos de posse, feita em voz alta pelo Primeiro Secretário, **Gil Fernando Mendes Rodrigues**, e da prestação do juramento de honra, foram os mesmos assinados, e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

Presidente da Mesa, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, considerou-os instalados, nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2, do Artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no Artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do n.º 2 do Artigo 54.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal entrou de imediato no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----

---**PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Extraordinária do dia dezassete de outubro, de dois mil e dezasseis.** -----

----O Presidente da Mesa informou que nos termos do n.º 3 do Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que esta respeita, sendo estes: **Luís António Pereira Pinto, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Maria de Fátima Barbosa Ribeiro, António Augusto Machado de Queirós Santana e Susana Raquel Vieira Pereira.** -----

----Não havendo inscrições para intervir por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, submeteu de imediato à votação o **Ponto Um, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada por **unanimidade** a ata da Sessão Extraordinária do dia dezassete de outubro de dois mil e dezasseis, com trinta e um (31) voto a favor, zero (00) votos contra e zero (00) abstenções. -----

----**PONTO UM, PONTO DOIS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do Artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----Abertas as inscrições para o ponto supracitado, inscreveram-se os membros da Assembleia Municipal cujas intervenções são em seguida resumidas. -----



----O Membro da Assembleia Municipal **José António Brito e Osório de Valdoleiros (PS)**, abordando um processo disciplinar em curso na Câmara Municipal relativo a um alegado desvio de verbas por parte de um efetivo da Polícia Municipal, questionou a inoperância de normas de controlo interno e entidades responsáveis de obstar a tais práticas ilícitas. Face a um desvio que atingiu um valor superior a onze mil euros (11.000€) em apenas um ano, indicou que o Departamento Financeiro e a Tesouraria da Câmara Municipal de Marco de Canaveses não poderão ser desresponsabilizados neste processo, pelo que os seus elementos deveriam ser devidamente inquiridos sobre o assunto. -----

----Relembrando que do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aprovado pela Assembleia Municipal consta a obrigatoriedade de apresentação de relatórios anuais, fez notar que até à data não foi presente nenhum relatório ao órgão deliberativo. -----

----Por fim, recordando que o Partido Socialista sugeriu no passado a instalação de um Gabinete de Auditoria Interna na Câmara Municipal, sob a alçada direta do Presidente da Câmara, assinalou que a auditoria interna parece finalmente estar contemplada no Orçamento Municipal para dois mil e dezassete. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **António Augusto Machado de Queirós Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco (PPD/PSD), introduziu a sua intervenção agradecendo à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, a colocação de iluminação pública na Avenida Adelino Amaro da Costa em célere resposta à solicitação da Junta de Freguesia do Marco, bem como as diligências efetuadas junto da Direção Regional de Cultura do Norte para desbloquear o processo relativo à Capela Mortuária do Freixo. -----

----Questionou para quando a construção do Parque Polidesportivo de Rio de Galinhas, e sugeriu a criação de uma rotunda na Avenida dos Bombeiros Voluntários, junto à Ponte de Canaveses, para uma maior fluidez e segurança do tráfego rodoviário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

---Por fim, solicitou o agendamento de uma reunião de trabalho para resolver definitivamente a questão do património da Junta de Freguesia do Marco. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), abordando declarações do Vice-presidente da Câmara Municipal, Eng.º José Mota, ao Jornal A Verdade, sobre a alegada impossibilidade de modificar a estrutura tarifária do contrato de concessão da água, perguntou se foram encetadas negociações com a concessionária Águas do Marco no sentido da criação de uma tarifa social. -----

---Em seguida, fez referência a uma proposta aprovada por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Soalhães, na sua sessão de dois de agosto de dois mil e dezasseis, e remetida à Câmara Municipal, relativa ao facto de o investimento na requalificação da Escola EB1 de Eiró não contemplar a criação de uma cozinha. Salientou que embora este investimento específico tenha sido acerrimamente defendido e suportado por um conjunto de argumentos válidos, entre os quais o incremento da qualidade das refeições, manutenção de postos de trabalho e dinamização da economia local pela aquisição dos géneros alimentares necessários, a proposta mencionada não mereceu até à data qualquer resposta por parte da Câmara Municipal. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Patrícia Pinto Vieira** (MP), apresentou o seguinte voto de pesar: -----

---*Voto de Pesar – Tendo falecido no passado dia 18 de novembro de 2016, o Senhor Diamantino José de Sousa Moreira, ex-funcionário desta Autarquia, onde desempenhou com exemplar dedicação cargos de elevada responsabilidade, propõe-se a aprovação de um voto de pesar, a ser enviado à família enlutada.* -----

---*Marco de Canaveses, 26 de novembro de 2016.* -----

---*Os Proponentes – Os Coordenadores dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal.* -----



----Este voto de pesar termina com cinco assinaturas. -----

----Dando seguimento à sua intervenção, e assinalando a prevalência de doenças oncológicas na região norte do país, o papel fundamental da contínua investigação científica nesta área, e o meritório trabalho desenvolvido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro como entidade de referência no apoio ao doente oncológico e família, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação, revelou que os voluntários que estiveram na génese do evento solidário “Night Run” reuniram com o Presidente da Direção do Núcleo Regional do Norte, Dr. Vítor Veloso, com a missão de criar a Delegação da Liga Portuguesa Contra o Cancro de Marco de Canaveses. Nesse sentido, e tendo a iniciativa sido acolhida com agrado, solicitou o apoio da Câmara Municipal, numa primeira fase, para encontrar um espaço adequado (central, de fácil acesso e cedido graciosamente) para servir como sede da delegação, sugerindo um espaço livre no edifício do Marco Fórum XXI. -----

----Concluindo a sua intervenção, e relembando uma intervenção efetuada sobre a constituição das turmas na Escola Básica n.º 1 de S. Sebastião (Penhalonga), deu conta de uma informação da DGEstE, em resposta a uma reclamação apresentada pelos encarregados de educação, segundo a qual aparentemente a impossibilidade de constituição de mais turmas prende-se exclusivamente com a não realização de obras de ampliação do edifício escolar, as quais também não estão contempladas no Orçamento Municipal para dois mil e dezassete. -----

----O Presidente da Câmara Municipal, **Manuel Maria Moreira**, respondendo às interpelações dos membros da Assembleia, e começando pela intervenção do deputado **José António Valdoleiros**, manifestou toda a sua tristeza pelas incidências que conduziram à instauração do referido processo disciplinar e que culminaram na proposta de demissão de um colaborador da Câmara Municipal. Embora reconhecendo que os factos foram revelados tardiamente, declarou terem sido exatamente as normas de controlo interno em funcionamento na Câmara Municipal que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

permitiram detetar as irregularidades de tesouraria. Salientou que não obstante a funcionalidade das normas de controlo interno e protocolos implementados, a sua eficiência deverá ser uma responsabilidade partilhada por todos os colaboradores da Câmara Municipal, que devem mostrar-se dignos das funções que exercem. -----

----Sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, comprometeu-se a tudo fazer para suprir a lacuna identificada, designadamente na apresentação de relatórios anuais. -

----Agradeceu as referências do deputado **António Santana** ao trabalho realizado pela Câmara Municipal, mais concretamente na Freguesia do Marco. -----

----Declarou ser intenção da Câmara Municipal arrancar com a construção do polidesportivo junto à Escola da Barroca até ao final do ano, estando o procedimento concursal a ser preparado pelos serviços técnicos. -----

----Sobre a construção de uma rotunda no entroncamento entre a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses e a Rua do Futebol Clube do Marco, informou ser parte integrante de uma proposta remetida à Estradas de Portugal, que até à data não viabilizou a sua execução, estando, porém, a Câmara Municipal disponível para continuar a diligenciar neste sentido, atendendo aos claros benefícios para a circulação rodoviária. -----

----Passando para a intervenção da deputada **Cristina Vieira**, declarou que a Câmara Municipal fez mais do que simplesmente responder à missiva da Assembleia de Freguesia de Soalhães, tendo os membros do Executivo comparecido a uma reunião informal com os eleitos da Assembleia de Freguesia, na qual tiveram oportunidade de responder a todas as questões suscitadas. -----

----Sobre a questão da construção de uma cozinha na Escola EB1 de Eiró, reiterou que a cozinha existente no Jardim de Infância de Eiró é perfeitamente capaz de corresponder às necessidades da comunidade educativa da freguesia, razão pela qual o investimento a realizar contempla apenas a beneficiação do refeitório e copa. -----



----Associou-se, em nome do Executivo, ao voto de pesar apresentado pela deputada **Patrícia Vieira**. -----

----Solidarizando-se igualmente com a missão desempenhada pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e acolhendo entusiasticamente a iniciativa de criação de uma Delegação de Marco de Canaveses – salientando o trabalho voluntário que se realiza no Concelho de Marco de Canaveses nas mais diversas vertentes – manifestou total disponibilidade para colaborar na escolha de um espaço para funcionar como sede da delegação. -----

----Finalmente, sobre a questão relacionada com a Escola EB1 de S. Sebastião, limitou-se a reafirmar que as pretensões da Câmara Municipal no sentido da eventual ampliação do estabelecimento escolar nunca obtiveram parecer favorável da DGEstE, atendendo ao número de alunos. -----

----O Vice-Presidente da Câmara, **José António Carvalho Soares da Mota**, respondendo à questão colocada pela deputada **Cristina Vieira**, explicou que o tarifário social da água corresponde a uma condição de diferenciação de determinada faixa da população relativamente ao tarifário normal, situação que não pode ser devidamente contratualizada devido ao litígio judicial que opõe o Município de Marco de Canaveses à empresa concessionária Águas do Marco, por força da modificação unilateral do contrato de concessão e consequentemente ao tarifário que deste constava, que passou a vigorar desde dois mil e oito, decorrente de uma proposta de atualização de taxas, por parte da concessionária, na ordem dos quinze por cento, em dois mil e seis. Visando o interesse público, a Câmara Municipal à data colocou à consideração da concessionária um tarifário alternativo – mantendo a estrutura do tarifário e alterando apenas os valores das tarifas. A título meramente exemplificativo, indicou que a proposta de tarifa para o primeiro escalão, em dois mil e seis, por força da alteração unilateral aos tarifários, era muito semelhante aos valores atualmente praticados, dez anos volvidos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

---Relembrando o desenrolar do processo, referiu que na sequência da modificação unilateral do contrato de concessão, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses foi condenada em Tribunal Arbitral ao pagamento de uma indemnização de dezasseis milhões de euros (16.000.000€), decisão da qual recorreu, estando atualmente a aguardar veredito final. Reiterou que a manutenção do litígio jurídico entre as duas partes inviabiliza qualquer proposta de alteração à estrutura do tarifário, como seria a introdução de uma tarifa social. -----

---A Vereadora **Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro de Oliveira**, complementando a informação relativa à Escola EB1 de S. Sebastião, indicou que o assunto já foi devidamente esclarecido nos diferentes órgãos – Câmara e Assembleia Municipal, Agrupamento de Escolas e DGEstE – com conhecimento dos representantes da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo e dos encarregados de educação, tendo sido dado conhecimento de toda a correspondência trocada entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a DGEstE sobre este assunto. Consequentemente, desconhecendo por completo o documento a que a deputada **Patrícia Vieira** fez referência, bem como o enquadramento do excerto lido na sua intervenção, absteve-se de tecer quaisquer comentários adicionais. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **José António Brito e Osório de Valdoleiros** (PS), solicitou esclarecimentos sobre o eventual processo de inquérito ou de averiguação instaurado aos elementos que constam dos autos do processo disciplinar mencionado, bem como aos serviços que não terão cumprido diligentemente as suas funções. -----

---Mais alertou que estando a decorrer um processo criminal e uma investigação ao nível do Ministério Público, a Câmara Municipal poderá ser chamada a prestar declarações. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), clarificou que embora a Câmara Municipal de Marco de Canaveses se tenha feito representar na referida reunião informal com os membros da Assembleia de



Freguesia de Soalhães, que ocorreu no dia treze de julho, a proposta remetida pela Assembleia de Freguesia à Câmara Municipal, e a qual não obteve resposta, é de data posterior (dois de agosto). -

----O Presidente da Câmara Municipal, **Manuel Maria Moreira**, em resposta ao deputado **José António Valdoleiros**, declarou estar de consciência perfeitamente tranquila quanto ao empenho e dedicação que o Executivo tem tributado ao Município de Marco de Canaveses ao longo dos últimos onze anos, no cumprimento da sua missão. No que diz respeito ao processo disciplinar referenciado, afirmou terem sido seguidos todos os trâmites legais, incluindo um reforço de vigilância do Departamento Financeiro, Económico e Social, não podendo, porém, tais circunstâncias negativas ser de algum modo generalizadas à atitude e ação dos restantes efetivos da Câmara Municipal. -----

----Sobre a Escola EB1 de Eiró, reiterou que embora estas talvez não tenham ido ao encontro das expectativas da Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, todas as informações foram adequadamente prestadas em tempo útil e a todas as entidades interessadas. -----

----Concluiu a sua intervenção sublinhando o esforço empenhado da Câmara Municipal em garantir comparticipação comunitária, na ordem dos cento e setenta e cinco mil euros (175.000€), para o projeto de requalificação da EB1 de Eiró, avaliado em cerca de seiscentos mil euros (600.000€), esforço esse que o Partido Socialista resiste em reconhecer. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Bruno Alexandre da Silva Ribeiro** (MCFT), deu entrada na Sala, quando eram dez horas e trinta e três minutos. -----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal auscultou o plenário, nos termos do n.º 2 do Artigo 39.º do Regimento, tendo sido autorizada a sua presença por **unanimidade**, ficando a partir deste momento o plenário com trinta e sete membros. -----

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, submeteu à votação o voto de pesar, apresentado pelo membro desta Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

Municipal **Patrícia Pinto Vieira**, em nome de todos os Grupos Municipais, tendo sido este voto de pesar aprovado por unanimidade. -----

----**PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 3 do artigo 18.º e dos Artigos 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----O Presidente da Mesa, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, solicitou inscrições por parte do público, tendo-se inscrito os seguintes munícipes, cujas intervenções passamos a resumir:

----O Munícipe **Vítor Machado**, no uso da palavra, trouxe à atenção uma situação que se arrasta há décadas, envolvendo um terreno na Freguesia de Vila Boa do Bispo, do qual é proprietário, e cuja exploração, à semelhança de outros terrenos em situação similar, estará condicionada por um problema de acessibilidades entre a Rua de Cavaleiros e a Rua de Freixieiro. Havendo a concordância da maioria dos proprietários dos terrenos adjacentes em ceder uma parte dos mesmos para alargamento da via de acesso – obra sem a qual provavelmente todo o espaço ficará votado ao abandono – a execução da obra está pendente pela recusa intransigente de uma das proprietárias locais, situação para a qual apelou para a sensibilidade e melhor atenção e colaboração da Câmara Municipal. -----

----O Munícipe **José Magalhães**, intervindo na qualidade de Presidente do Grupo Desportivo da Livração, começou por agradecer o apoio e colaboração da Câmara Municipal de Marco de Canaveses ao longo dos anos, e deixou o apelo, por uma questão de justiça e equidade, para que esta associação desportiva possa eventualmente vir a ser contemplada com um investimento na colocação de um relvado sintético, sendo um clube com mais de meio século de história, com cartas dadas na formação de atletas, e atendendo à inexistência de equipamentos desportivos similares na margem esquerda do Tâmega. -----

----Concluindo a sua intervenção, deixou um convite para que todos os presentes possam participar



na Corrida de Final de Ano do Grupo Desportivo da Livração. -----

----O Município **Samuel Vieira** introduziu a sua interpelação ao Executivo questionando para quando a intervenção relativa às placas toponímicas em Tabuado. -----

----Perguntou se o Executivo prevê uma intervenção ao nível dos pavimentos nas acessibilidades da Rua Alto do Grosso e Rua dos Castros, e ao nível do saneamento na Rua da Estalagem. -----

----Indagou acerca da verba concreta para investimento na Freguesia de Tabuado prevista no Orçamento Municipal para dois mil e dezassete. -----

----Tendo solicitado por escrito informações detalhadas sobre os valores despendidos na Bienal da Pedra, manifestou-se insatisfeito com a resposta da Câmara Municipal, uma vez que esta não foi devidamente sustentada com recibos e faturas comprovativos. -----

----Relativamente à LIMFA, e tendo sido reeleitos vários membros de uma Direção que não apresentou contas aos associados, questionou qual o posicionamento que a Câmara Municipal irá adotar em termos de subsidiação deste organismo. -----

----Perguntou se existem verbas específicas contempladas no Orçamento para dois mil e dezassete para colocação de relvados sintéticos, e em caso afirmativo, onde serão estes colocados e quais os critérios que fundamentaram tal decisão. -----

----Debruçando-se sobre a temática da reestruturação e substituição da dívida municipal, questionou quais as taxas de juro efetivamente associadas aos empréstimos atuais e quais as que se preveem pagar com os novos empréstimos a contratualizar, num cenário de taxa Euribor cifrada nos zero vírgula cinco pontos percentuais negativos. -----

----Reportando-se aos esclarecimentos prestados pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, e tendo efetivamente havido um aumento nos tarifários da água apesar da modificação unilateral do contrato de concessão operada pela Câmara Municipal, solicitou explicações adicionais sobre o assunto. -----



---Por fim, e no referente ao processo disciplinar que conduziu ao despedimento de um colaborador da Câmara Municipal, requereu esclarecimentos adicionais sobre os procedimentos de controlo financeiro, perguntando concretamente se no momento do envio do dinheiro das Piscinas Municipais para a Câmara Municipal era remetido um *e-mail* aos serviços financeiros da Câmara com o montante enviado. -----

---O Presidente da Câmara Municipal, **Manuel Maria Moreira**, em resposta às interpelações dos munícipes, e começando pela intervenção do munícipe **Vítor Machado**, reiterou a resposta dada por ocasião da recente Reunião Pública da Câmara Municipal na Freguesia de Vila Boa do Bispo, segundo a qual infelizmente a Câmara Municipal não dispõe dos meios financeiros necessários para dar resposta às inúmeras solicitações que incidem sobre os mais de mil e setenta quilómetros de estradas e caminhos municipais do concelho, além de muitas vezes ser chamada a intervir em estradas nacionais, da competência das Infraestruturas de Portugal. Apesar disso, ressaltou o trabalho realizado ao longo de quarenta anos de democracia e Poder Local, no sentido de rasgar novas estradas, criando acessibilidades a cada um dos núcleos populacionais. -----

---Face à impossibilidade de dar uma resposta afirmativa a todas as necessidades, destacou o papel fundamental das Juntas de Freguesia, não só na definição de prioridades em termos de pavimentações, como na parceria estratégica na execução das mesmas. -----

---Relativamente à situação concreta mencionada pelo munícipe, manifestou total abertura e disponibilidade para acompanhar o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo no diálogo com a proprietária em causa, de modo a sensibilizá-la para o interesse público do alargamento da referida via de acesso aos terrenos em questão. -----

---Sobre a intervenção do munícipe **José Magalhães**, Presidente do Grupo Desportivo da Livração, declarou serem inquestionáveis a atitude de parceria que a Câmara Municipal tem adotado para com as diferentes associações sedeadas no concelho, bem como o histórico do Grupo



Desportivo da Livração e a sua importância para a comunidade local. Relembrou a contribuição da Câmara Municipal na valorização das instalações desportivas desta associação, no nivelamento do campo de jogos, entre outras benfeitorias realizadas, além do apoio financeiro para requalificação da sua sede social. -----

----Sobre a eventual colocação de relvados sintéticos – e não deixando de lembrar que a verba despendida mensalmente com o serviço da dívida municipal permitiria um investimento muito mais amplo nesta área – revelou que a Câmara Municipal, dentro da sua limitada disponibilidade financeira, está a sondar o mercado, no sentido de aferir da possibilidade de gradualmente implementar mais alguns relvados, a acrescentar aos que foram colocados nos campos de treinos dos Estádios Municipais do Marco e da Vila de Alpendorada nos últimos três mandatos. -----

----No entanto, sendo este um investimento gradativo e não havendo a possibilidade de dar uma resposta imediata à demanda de todas as associações desportivas, apelou a que não se criem querelas desnecessárias em torno deste assunto. -----

----Sobre o relvado sintético em S. Lourenço do Douro, colocado pouco antes da entrada em funções do atual Executivo, informou que este, de facto, já se encontra consideravelmente degradado, propiciando lesões nos atletas, fator que não poderá ser desconsiderado no planeamento de futuros investimentos. Assegurou, no entanto, que a Câmara Municipal ainda não tomou nenhuma decisão definitiva sobre esta matéria. -----

----Passando para a intervenção do munícipe **Samuel Vieira**, começou por salientar que a reivindicação pela execução de obras estruturantes generalizadas na Freguesia de Tabuado, como pavimentações diversas, será certamente uma competência do Presidente da Junta de Freguesia, o qual, por ter sido democraticamente eleito, não deverá ser substituído nas suas funções por cidadãos individuais. -----

----Deu conhecimento do diálogo efetuado com o Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, no



qual manifestou a disponibilidade da Câmara Municipal em ceder o antigo terreno do Peso, para que a Junta de Freguesia o possa alienar e canalizar as verbas resultantes para os projetos em questão. -----

---Em matéria de pavimentações, assegurou que a Câmara Municipal continuará a fazer tudo o que está ao seu alcance ao longo do território municipal até ao final do presente mandato. -----

---Em relação à Bienal da Pedra, referiu ter sido disponibilizada toda a informação requerida pelo munícipe, salientando que enquanto agente comercial, o munícipe certamente terá tirado benefícios dos investimentos realizados nesta iniciativa. -----

---Relativamente ao processo disciplinar instaurado, reiterou que detetadas as possíveis lacunas que poderão ter conduzido às ações em questão, a Câmara Municipal possui todos os instrumentos indispensáveis para precaver e evitar situações similares no futuro. -----

---Finalmente, comentando a questão suscitada sobre a LIMFA, declarou que a Câmara Municipal, demarcando-se da postura adotada num passado recente, recusa-se terminantemente a imiscuir-se nos assuntos internos de qualquer das instituições locais, cuja discussão e decisão compete aos associados e respetivos órgãos diretivos, estando a Câmara Municipal disponível para apoiar as instituições, desde que naturalmente apresentem a documentação legal indispensável para o efeito. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Rolando António França Pimenta** (PS), no uso da palavra, chamou a atenção para o facto de o Presidente da Câmara Municipal não só ter excedido o seu tempo de intervenção, como ter colocado em causa as funções exercidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, sem que a Mesa da Assembleia tenha tomado uma atitude a respeito. -----

---O Presidente da Mesa, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, em resposta, e de acordo com o discutido anteriormente em Reunião de Líderes, apelou a alguma contenção nas



intervenções, atendendo ao clima de aparente suscetibilidade gerado pela aproximação das eleições autárquicas. -----

----O Vice-Presidente da Câmara, **José António Carvalho Soares da Mota**, em complemento, começou por explicar que a questão relacionada com as placas toponímicas e sinalização de trânsito está a ser estudada no âmbito geral do concelho, pelo que brevemente os Presidentes das Juntas de Freguesia receberão mais informações. -----

----Clarificando a questão relacionada com o tarifário da água, referiu que por força da modificação unilateral ao contrato de concessão perpetrada pela Câmara Municipal, os munícipes encontram-se atualmente a pagar tarifas ao nível das que a empresa concessionária propôs em dois mil e seis. Consequentemente, e atendendo à natural evolução das tarifas decorrente da atualização anual de preços, os custos seriam bem mais gravosos para os utentes dez anos depois se a Câmara Municipal não tivesse procedido à correção do tarifário. -----

----O Vereador **Vítor Manuel de Vasconcelos Gonçalo**, respondendo à questão suscitada pelo munícipe **Samuel Vieira**, explicou que o *spread* médio atual dos quatro empréstimos do município é de um vírgula quarenta e sete por cento (1,47%), sendo que com a proposta de substituição da dívida municipal, o *spread* médio dos dois empréstimos a contratualizar será de um vírgula zero sete por cento (1,07%), com uma redução de zero vírgula quatro por cento (0,4%). Mais lembrou que anualmente, aquando da Prestação de Contas, é fornecida informação cabal sobre o montante de juros pago no ano económico transato. -----

----Concluindo a sua intervenção, explicitou que a reestruturação da dívida é essencial para o futuro do Município de Marco de Canaveses, e fundamental para poder corresponder aos anseios das Juntas de Freguesia e associações espalhadas pelo território do concelho, e para poder alavancar projetos de desenvolvimento do Marco de Canaveses com fundos comunitários temporariamente disponibilizados para o efeito. -----



---Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa entrou de imediato no Período da Ordem do Dia. -----

---**PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia.** -----

---**PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.** -----

---O Presidente da Câmara Municipal, **Manuel Maria Moreira**, no uso da palavra, passou a tecer algumas considerações acerca dos aspetos mais relevantes da sua informação escrita, começando por destacar a conclusão das obras de requalificação da Escola de Vale do Covo e da ETAR de Fontambom (Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão), as diversas empreitadas de construção de passeios em cubos de granito, limpeza de taludes e repavimentações em artérias da cidade e das várias freguesias do concelho, e a criação de uma nova acessibilidade à zona industrial do Marco pela denominada Reta de Tuíás. -----

---Dando seguimento a esta temática, informou que a Câmara Municipal continua a aguardar a aprovação da pré-candidatura efetuada no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa a fundos comunitários para valorização de zonas de acolhimento empresarial, com vista à ampliação da zona industrial em Tuíás. -----

---Deu novamente destaque à empreitada em curso, de requalificação da Escola EB1 de Eiró (Freguesia de Soalhães), orçada em mais de seiscentos mil euros (600.000€). -----

---Expressou o seu regozijo pela conclusão da pavimentação da Estrada Municipal entre Gouveia e Esperança, estando atualmente a ser ponderado um projeto para substituição da Ponte de Várzea, eventualmente a executar no próximo mandato. -----

---Falou sobre o desenvolvimento das obras de adaptação da antiga Escola do Eidinho (Freguesia de Vila Boa do Bispo), que se tornará o novo Centro de Bem Estar Animal – cuja gestão ficará a cargo da Animarco, com um espaço próprio para o Veterinário Municipal – bem como da



construção da estação elevatória de águas residuais em Fafiães, que servirá este equipamento. -----

----Deu nota da realização do evento solidário “Night Run”, no dia quatro de outubro, em parceria com a Junta de Freguesia do Marco, de angariação de fundos para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses. -----

----No dia oito de outubro, a Câmara Municipal prestou homenagem os Bombeiros Voluntários do Marco e aos Bombeiros de Portugal pelo seu trabalho empenhado e abnegado na recente época de incêndios florestais, promovendo um concerto com a Banda de Música de Vila Boa de Quires e inaugurando uma exposição fotográfica alusiva à bravura dos “soldados da paz”. -----

----Relativamente à área da educação, realçou a colocação atempada dos professores de educação física e desportiva nas escolas do primeiro ciclo, e a abertura do novo ano letivo das Escolas Municipais de Desporto, para jovens entre os seis e os dezassete anos, cujos monitores acompanham igualmente o programa Marco Sénior no Desporto, com atividades físicas em catorze instituições sociais do concelho e hidroginástica nas Piscinas Municipais do Marco e da Vila de Alpendorada. -----

----Fez referência à celebração da Semana Europeia do Desporto, com uma atividade de canoagem promovida pelo Agrupamento de Escolas n.º 1 de Marco de Canaveses no Parque Fluvial do Tâmega. -----

----Informou que no passado dia dez de outubro, o Conselho Municipal de Segurança aprovou a emissão de uma recomendação ao Governo no sentido de serem reforçadas as verbas destinadas a instrumentos e meios de prevenção estrutural de incêndios florestais. -----

----Foram concluídas as obras de beneficiação do antigo Jardim de Infância de Valdecidos, em cujas instalações estão atualmente sedeadas a Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega e a AlphaTones, além de duas salas sobrantes para iniciativas de formação diversas. -----

----Foi aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas o Plano Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

Defesa da Floresta Contra Incêndios, com uma validade de cinco anos, e publicada em Diário da República a resolução da Comissão Municipal de Proteção Civil que aprovou o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Marco de Canaveses. -----

---Salientou com agrado o facto de o Município de Marco de Canaveses ter recebido um certificado de município parceiro com maior taxa de implementação do Programa Ecoescolas a nível nacional, com vinte Ecoescolas galardoadas com a Bandeira Verde no Encontro Nacional realizado em Aveiro. -----

---Prestou informação sobre a assinatura de um protocolo com o Ministério da Educação para obras de beneficiação na Escola EB 2/3 do Marco, que incluirão a construção de um auditório e sala de convívio, sendo que o Município de Marco de Canaveses e o Estado assumirão em partes iguais a quota nacional do projeto participado por fundos comunitários. -----

---Por fim, informou estar em funcionamento desde setembro o primeiro curso superior em Marco de Canaveses (curso superior técnico profissional em informática de gestão), com dezasseis alunos, em instalações da Escola Secundária do Marco, numa parceria entre a Câmara Municipal, Instituto Politécnico do Porto e Escola de Gestão e Tecnologia do Tâmega e Sousa. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Olímpio José de Almeida** (MCFT), começou por enfatizar a informação prestada acerca das obras em curso, reconhecendo o seu interesse público e importância para o desenvolvimento do concelho, assim como a generosidade do Executivo Municipal na atribuição de subsídios para apoiar a atividade das associações ao serviço da comunidade. -----

---Sublinhando a relevância e o detalhe da informação prestada à Assembleia Municipal, sugeriu que nesta fosse incluída informação relativa à atividade da Polícia Municipal, e uma vertente relacionada a justiça e disciplina. -----

---Resgatando, com profundo lamento, o assunto referente ao processo disciplinar instaurado a



um elemento da Polícia Municipal que conduziu à sua demissão, e tendo exercido funções de Comandante da Polícia Municipal, declarou ser seu dever moral, cívico e ético pronunciar-se sobre o assunto, afirmando que sob o seu comando, todos os membros da Polícia Municipal se pautaram por um elevado padrão de conduta, tendo sido dotados de extraordinário conhecimento técnico-profissional para o rigoroso cumprimento das suas funções, de fundamental importância para o município. -----

----Concluindo a sua intervenção, suscitou questões acerca da partilha de responsabilidades referentes à ocorrência prolongada de desvio de verbas que conduziram ao referido processo disciplinar. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Susana Raquel Vieira Pereira**, Substituta Legal do Presidente da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo (PS), agradeceu publicamente à Câmara Municipal os trabalhos que têm vindo a ser realizados na sua freguesia, designadamente a pavimentação da via que liga o tabuleiro da Barragem do Carrapatelo à Estrada Nacional 108, no Lugar do Barreiro. Aproveitou para uma vez mais deixar um apelo referente às necessidades mais prementes da Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo – reiterando informação escrita remetida em novembro à Câmara Municipal – como sendo o alargamento do Cemitério de Paços de Gaiolo, construção da Praça Conselheiro Doutor Alfredo Manso Preto, ampliação da Escola de S. Sebastião e alargamento e pavimentação da Estrada de Montedeiras. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José Fernando Barros Barbosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado (PS), introduziu a sua intervenção declarando que não obstante a sua função como Presidente de Junta, para a qual foi democraticamente eleito, cada cidadão tem plena liberdade e direito de colocar as questões que entender pertinentes e oportunas ao Executivo Camarário, desde que efetuadas no espaço e período adequados para o efeito. Aproveitou para agradecer ao deputado **Rolando Pimenta** a intervenção realizada em sua defesa. -----



---Centrando-se no ponto em apreço, questionou se as obras referenciadas na informação escrita para a Freguesia de Tabuado, nomeadamente de reabilitação de pavimentos de cubos em lanços onde as raízes das árvores causam lombas ou depressões por administração direta da Câmara Municipal, estão relacionadas com a Rua de Outeiro, Rua da Panchorra e Rua Manuel Montenegro Machado, visto que apesar de solicitadas tais intervenções, as mesmas ainda não aconteceram. -----

---Sobre a execução de dois muros de suporte na Freguesia de Tabuado, apontou aquilo que considera ser uma incongruência na informação prestada, uma vez que ao contrário daquilo que se pode ler, o material foi integralmente suportado pela Junta de Freguesia, e não pela Câmara Municipal. -----

---Relativamente a empreitadas em curso, questionou se a referência à Junta de Freguesia de Tabuado está de alguma forma relacionada com a intervenção a decorrer na Rua de Outeiro, lançada e executada pela Junta de Freguesia com recurso a verbas transferidas pela Câmara Municipal, em dois mil e quinze, para pequenas intervenções. Acrescentou que a referida verba é insuficiente para cobrir a orçamentação da obra, na ordem dos quinze mil euros (15.000€). -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Silva Monteiro** (MCFT), no uso da palavra, começou por elogiar a célere intervenção dos funcionários da Câmara Municipal na resolução de dois problemas recentemente detetados na EB 2/3 de Alpendorada, os quais foram ultrapassados no próprio dia. -----

---Agradeceu a colaboração da Câmara Municipal na organização do Corta-Mato do Agrupamento de Escolas, que contou com a participação de mais de novecentos alunos. -----

---Por fim, deu nota da realização, no dia vinte e quatro de novembro, do Torneio de Ténis de Mesa e Badminton, integrados no Marco no Desporto, e de uma prova de canoagem de Desporto Escolar, programada para o próximo dia três de dezembro. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Jorge Manuel de Sousa Pessoa** (PPD/PSD), introduziu a



sua intervenção declarando que o mérito da atividade municipal é claramente aferido pelo reconhecimento elogioso que até as forças da Oposição lhe prestam. -----

----Na sequência da discussão deste tema numa reunião da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, questionou o posicionamento e diligências tomadas pela Câmara Municipal na reivindicação junto do Governo pelas obras na Nacional 211, para ligação entre Soalhães e Cinfães, e construção do IC35. -----

----Na conclusão da sua intervenção, referiu estar ainda a aguardar um pedido formal de desculpas pelos alegados insultos de que a Bancada do PSD terá sido alvo em Assembleia anterior, e de acordo com a intenção que o deputado em causa manifestou em Reunião de Líderes, de se retratar publicamente pelas suas palavras. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José António Brito e Osório de Valdoleiros** (PS), no uso da palavra, declarou que não estando a atual forma de apresentação da informação escrita a cumprir os imperativos legais, a Mesa da Assembleia deveria ter uma ação mais efetiva no sentido de instar a Câmara Municipal a corrigir a situação. -----

----Além das incorreções anteriormente referidas pelo deputado **José Barbosa**, mencionou que a informação relativa à situação dos processos judiciais em curso também não estará correta, visto estar em dissonância com a informação constante da Prestação de Contas do ano económico de dois mil e quinze, com um diferencial na ordem dos nove milhões e duzentos mil euros (9.200.000€). -----

----Indagou acerca da efetiva implementação do sistema de contabilidade de custos, a qual já deveria estar concluída de acordo com o que foi contratualizado pela empresa responsável e na sequência das sucessivas informações prestadas pelo Executivo dando conta dos desenvolvimentos do processo. Por outro lado, assinalou o facto de a empresa responsável pela implementação da contabilidade analítica no Município de Marco de Canaveses ter ligação à empresa que efetua a



revisão oficial das suas contas, o que poderá consubstanciar um dilema ético. -----

----Por fim, sublinhando a importância do sistema de contabilidade de custos para uma análise mais cabal das contas do município, assinalou a aparente discrepância nos sucessivos relatórios do Revisor Oficial de Contas, que aparentemente indicam que embora já seja possível extrair informação útil do sistema de contabilidade de custos, o Executivo terá adiado a sua apresentação para o próximo ano. -----

----O Presidente da Câmara Municipal, **Manuel Maria Moreira**, começou por agradecer as palavras da deputada **Raquel Pereira**, esclarecendo em relação à ampliação do Cemitério de Paços de Gaiolo que a verba comprometida pela Câmara Municipal para o efeito está dependente do registo do terreno pela Junta de Freguesia. Acrescentou que desde o primeiro momento a Câmara Municipal manifestou-se igualmente disponível para colaborar no projeto de criação da Praça Conselheiro Alfredo Manso Preto, requalificando o espaço em frente à Igreja Paroquial de Paços de Gaiolo, sendo sua intenção atribuir à Junta de Freguesia um subsídio para a execução da obra, após apresentação e aprovação do respetivo projeto. -----

----Sobre a ampliação da Escola EB1 de S. Sebastião, reiterou que as pretensões da Câmara Municipal esbarraram na pronúncia da DGEstE sobre o assunto, segundo a qual o número de alunos não justifica tal ampliação. -----

----Sobre a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, **José Barbosa**, mostrou-se surpreendido, uma vez que mais não fez do que defender e reforçar exatamente a sua legitimidade enquanto autarca democraticamente eleito pela população, que no seu papel de membro de pleno direito da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses tem total liberdade para colocar ao Executivo Camarário qualquer questão relacionada com os interesses da sua freguesia, sem para isso ter de se escudar na intervenção de um cidadão individual. -----

----Em relação à obra executada na Rua de Outeiro, frisou a fidedignidade da informação escrita –



uma vez que efetivamente a Câmara Municipal contribuiu com alguns materiais para a construção dos referidos muros de suporte para alargamento da via – em comparação com informações prestadas por algumas Juntas de Freguesia aos seus fregueses, que não raro assumem como exclusivamente suas empreitadas que são lançadas e executadas em parceria com a Câmara Municipal. -----

----Agradeceu as referências positivas da intervenção do deputado **Mário Luís**. -----

----Relativamente à intervenção do deputado **Jorge Pessoa**, deu conta das incansáveis diligências que têm sido tomadas junto do Governo, ao nível da Câmara e Assembleia Municipal e Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, defendendo a importância para a região da execução de obras estruturantes como o IC35 e a variante à Estrada Nacional 211 (como catalisadores da atividade industrial e de exportação). Uma vez mais lamentou a tendência para a suspensão de obras públicas visível na atuação do Governo do Partido Socialista, lembrando terem sido lançados concursos pelo anterior Governo com vista à gradual execução das obras referenciadas. Informações recentes dão conta do adiamento da construção da variante à Estrada Nacional 211 para dois mil e dezassete (eventualmente dois mil e dezoito). Informou ter sido formalmente convidado para uma reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas, no dia trinta de novembro, para abordar estas temáticas. Quanto ao IC35, terá sido adiado por tempo indeterminado, por motivos de índole financeira. -----

----Respondendo ao deputado **José António Valdoleiros**, assinalou a caminhada progressiva que o município tem vindo a realizar na melhoria da apresentação de todos os documentos, visando uma administração autárquica mais aberta e transparente, desiderato apenas condicionado pelas limitações em termos de recursos humanos, apesar da notória valorização do quadro técnico superior da Câmara Municipal em anos recentes. -----

----O Vereador **Vítor Manuel de Vasconcelos Gonçalves**, em complemento, esclarecendo a questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

relacionada com a variação nas provisões, explicou que este processo estará a ser revisto e corrigido a nível interno, distinguindo-se aquilo que é o valor processual daquilo que poderá ser o valor da indemnização a pagar em caso de condenação do município em processos judiciais. No caso concreto da variação de cerca de nove milhões de euros (9.000.000€), indicou estar relacionada com o processo judicial que opõe o município à empresa concessionária Águas do Marco. -----

----Declarou que os pareceres emitidos pelo Revisor Oficial de Contas são totalmente independentes e alheios à Câmara Municipal de Marco de Canaveses -----

----No que respeita à implementação do sistema de contabilidade analítica, processo iniciado em dois mil e quinze e entretanto concluído – estando a decorrer um período de testes e pequenas afinações – explicou que a produção de informação completa e detalhada está dependente do encerramento da contabilidade do ano económico, pelo que esta será devidamente apresentada, conforme prescrito na Lei, com a Prestação de Contas relativa ao ano de dois mil e dezasseis. -----

----Acrescentou que na implementação da contabilidade de custos intervieram diretamente duas entidades distintas, uma delas responsável pela parte da consultadoria técnica e financeira, e a outra responsável pela operacionalização e informatização do processo. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José António Brito e Osório de Valdoleiros** (PS), no uso da palavra, assinalou uma vez mais aquilo que parece ser um conflito ético derivado ao facto de as entidades que promoveram a implementação do sistema de contabilidade de custos e a revisão oficial das contas do município estarem de algum modo ligadas. -----

----Concluindo a sua intervenção, referiu que sendo as autarquias, em primeira instância, uma comunidade de cidadãos, os autarcas devem primar sobretudo pelo estrito cumprimento da Lei e pela capacidade de diálogo, pelo que o Presidente da Câmara deverá ser mais solícito no que se refere a acolher ideias contrárias às suas quando apresentadas de modo construtivo, como é timbre



da sua Bancada. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Rolando António França Pimenta** (PS), evocou o art.º 30.º do Regimento da Assembleia Municipal para apontar a recorrência com que o Presidente da Câmara Municipal excede o tempo previsto para as suas intervenções, sem produzir respostas concretas às questões suscitadas pelos membros da Assembleia Municipal e não raro fazendo alusão a assuntos de política nacional. -----

----O Presidente da Câmara Municipal, **Manuel Maria Moreira**, em resposta, declarou que sempre teve por intenção nas suas intervenções prestar um esclarecimento cabal à Assembleia Municipal, pelo respeito que o órgão deliberativo e os seus respetivos membros lhe merecem, apenas suscitando, de modo geral, questões de carácter nacional quando as mesmas são abordadas pelos próprios membros da Assembleia. Acrescentou que enquanto assumir funções como Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses recusar-se-á terminantemente a passar uma imagem de ignorância ou de recusa de prestar todas as informações necessárias face às questões colocadas pela Assembleia. -----

----Por fim, respondendo ao deputado **José António Valdoleiros**, declarou que embora esteja totalmente disponível para acolher ideias contrárias, nunca abdicará do seu direito democrático ao contraditório. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta de alteração ao Artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Silva Monteiro** (MCFT), no uso da palavra, passou a apresentar a proposta de alteração ao art.º 60.º do Regimento da Assembleia Municipal, bem como a sua nova redação. -----

----Não havendo intervenções sobre este ponto, o Presidente da Mesa passou de imediato à votação do **Ponto três, Ponto dois**, sendo este ponto aprovado por **unanimidade**. Este ponto foi aprovado



em minuta. -----

----Quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente da Mesa, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, anunciou a interrupção dos trabalhos para o almoço, com o recomeço dos trabalhos agendado para as catorze horas e trinta minutos. -----

----Retomando-se os trabalhos com um atraso de quarenta e quatro minutos, o Presidente da Mesa passou de imediato ao **Ponto três, Ponto três** da Ordem de Trabalhos. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2017.** -----

----O Vereador **Vítor Manuel de Vasconcelos Gonçalves**, no uso da palavra, passou a apresentar a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezassete, centrando-se em cinco principais vetores: enquadramento geral, grandes números do Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos e análise à situação financeira do município. -----

----Começando pelo primeiro ponto, salientou o contexto macroeconómico em que o Orçamento foi elaborado, em termos de taxa de inflação, desemprego, PIB, défice e dívida pública, e o exigente quadro normativo a que este está sujeito, no estrito cumprimento dos princípios e regras orçamentais, da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, das normas do POCAL e do contrato de reequilíbrio financeiro. -----

----Sendo o Orçamento Municipal um documento estratégico, da sua análise podem facilmente concluir-se quais as principais prioridades da ação da Câmara Municipal, estando entre estas a promoção do sucesso escolar assente num ensino de qualidade, as preocupações ambientais, a preservação do património natural, promoção do desenvolvimento económico e do potencial turístico e cultural do concelho, fomento do desporto e lazer com a elaboração da Carta Municipal do Desporto, e melhoria dos serviços prestados aos cidadãos mediante uma contínua modernização administrativa. -----



----A estratégia para atingir os objetivos elencados passará pela otimização do acesso a fundos comunitários, incremento da rede de parcerias e protocolos de políticas públicas, e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal para a sub-região do Tâmega e Sousa. ---

----Em termos de Orçamento e nesta fase preliminar, este cifra-se em vinte e sete milhões e cem mil euros (27.100.000€), aos quais serão acrescidos cerca de nove milhões de euros (9.000.000€) de saldo transitado aquando da Prestação de Contas de dois mil e dezasseis, que possibilitarão o reforço de rubricas estratégicas. -----

----Na estrutura da despesa, as despesas correntes representam cerca de catorze milhões de euros (14.000.000€), enquanto as despesas de capital ficam-se pelos doze milhões de euros (12.000.000€). Na estrutura da receita, as transferências correntes consubstanciam a rubrica de maior dimensão, com cerca de treze milhões de euros (13.000.000€), seguidos pelos impostos diretos, transferências de capital e rendimentos de propriedade. Em termos comparativos ao Orçamento anterior, a receita de capital é bastante superior, por força do acesso a fundos comunitários do Quadro Portugal 2020. -----

----O documento estratégico das Grandes Opções do Plano reflete aquelas que são as principais prioridades da Câmara Municipal, a saber, uma forte aposta na educação, investimentos nas vias de comunicação, administração geral, infraestruturas de água e saneamento, ordenamento do território e transferências entre administrações, além da promoção de atividades de desporto, recreio e lazer. -----

----As rubricas mais destacadas do Plano Plurianual de Investimentos (2017-2020) incluem o *interface* modal de Marco de Canaveses, investimentos nas vias rodoviárias, infraestruturas de água e saneamento, educação, ordenamento do território, desporto, recreio e lazer, cultura, indústria e energia, entre outras rubricas com investimentos menos significativos. -----

----Do ponto de vista da reabilitação do parque escolar, destacou dois investimentos significativos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

como a requalificação da Escola EB1 de Eiró e da Escola EB 2/3 do Marco, sendo que cada obra ascende a mais de meio milhão de euros. Entre outros investimentos significativos previstos incluem-se o Centro Cultural de Marco de Canaveses (um ponto quatro milhões de euros), a reabilitação energética do Pavilhão Bernardino Coutinho (um milhão de euros), a reabilitação energética das Piscinas de Alpendorada (trezentos mil euros), conclusão da fachada do Estádio Municipal de Alpendorada (seiscentos mil euros), implementação de iluminação LED na cidade do Marco e na Vila de Alpendorada (quatrocentos mil euros), Pousada da Juventude de Marco de Canaveses (quinhentos mil euros), requalificação da zona industrial de Marco de Canaveses (um milhão de euros) e reabilitação de diversos arruamentos (um milhão e setecentos mil euros). -----

----No referente à situação financeira do município, este começou o ano de dois mil e dezasseis com um endividamento bancário global na ordem dos vinte e sete milhões e setecentos mil euros (27.700.000€). O serviço da dívida totalizou dois milhões e quatrocentos mil euros (2.400.000€), dos quais cerca de dois milhões de euros (2.000.000€) traduziram-se em amortização de capital. O *stock* da dívida a trinta de setembro ascende a vinte e cinco milhões e seiscentos mil euros (25.600.000€), prevendo-se que seja de vinte e quatro milhões e setecentos mil euros (24.700.000€) a trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, e de vinte e um milhões e setecentos mil euros (21.700.000€) a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete. -----

---Em termos de dívida total do município, abrangendo as dívidas a fornecedores a trinta de setembro, o valor totalizava, a trinta de setembro, cerca de vinte e seis milhões e quatrocentos mil euros (26.400.000€), traduzindo-se numa redução de seis vírgula um por cento (6,1%), tendo o Município de Marco de Canaveses uma margem absoluta de endividamento na ordem dos oito milhões de euros (8.000.000€), dos quais dois milhões e novecentos mil euros (2.900.000€) poderiam ser utilizados, se necessário. -----

----Frisou que de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, no ano de dois



mil e quinze o Município de Marco de Canaveses aparece no quinto lugar do *ranking* global dos municípios com maior grau de execução da receita, prova inequívoca da responsabilidade e rigor com que são elaborados os Orçamentos Municipais. O município ocupa igualmente o décimo terceiro lugar no *ranking* do grau de execução das despesas comprometidas inferior ao grau de execução das receitas liquidadas, e a quadragésima posição em termos de diminuição exigível do passivo. No que se refere à eficiência financeira, o Município de Marco de Canaveses aparece em quinto lugar do *ranking* do Distrito do Porto e em segundo na sub-região do Tâmega e Sousa. -----

----Concluindo a sua intervenção, enalteceu o facto de o município ter estabilizado o prazo de pagamento a fornecedores nos cinco dias, circunstância que abona a favor da gestão criteriosa e rigorosa das contas do município, que lhe permitiu recuperar a sua credibilidade. -----

----O Presidente da Câmara Municipal, **Manuel Maria Moreira**, em complemento, expressou que embora não sejam totalmente discerníveis nos documentos previsionais, o município continuará a apostar, até ao final do corrente mandato, num conjunto de investimentos para responder às necessidades das diferentes freguesias e da globalidade do concelho, destacando-se a pavimentação de vias rodoviárias e construção de passeios (eventualmente com recurso a fundos comunitários do PAMUS), valorização dos centros cívicos das freguesias, alargamento de cemitérios mediante verbas transferidas da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, beneficiação de algumas sedes de Juntas de Freguesia, construção da Pousada da Juventude de Marco de Canaveses por adaptação da antiga sede da Junta de Freguesia de S. Nicolau, construção e ampliação de parques de lazer (entre os quais o Parque Urbano, até à Avenida dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses) e equipamentos polidesportivos, requalificação da zona envolvente à Estação do Marco e da Livração na sequência dos trabalhos de eletrificação da Linha do Douro, conclusão da fachada do Estádio Municipal de Alpendorada, adaptação do antigo Jardim de Infância de Favões para funcionar como centro de dia e criação de um centro de dia e lar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

residencial em Soalhães, por iniciativa do Centro Social de S. Martinho de Soalhães, aproveitando por assinalar esta marca distintiva da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, que se traduz numa forte aposta na área social. -----

---Informou que foi finalmente aprovada a candidatura para a requalificação do edifício doado ao Estado por um conjunto de cidadãos, em dois mil e nove, para funcionar como Unidade de Saúde Familiar em Bem Viver, assim como aparentemente estarão bem encaminhados os processos da Extensão de Saúde da Livração e da Unidade de Saúde Familiar em Tabuado, que permitirão uma cobertura satisfatória dos utentes de Marco de Canaveses no que concerne à prestação de cuidados de saúde primários. -----

---Por fim, reiterou que a Câmara Municipal está a estudar e a ponderar a colocação de relvados sintéticos para que os atletas das instituições desportivas do concelho possam beneficiar de melhores condições para a prática desportiva. No entanto, face à impossibilidade de corresponder no imediato a todas as solicitações devido às reconhecidas limitações financeiras do município, uma vez mais apelou à serenidade sobre esta temática, de modo a que não se criem divisões e querelas desnecessárias no seio do Concelho de Marco de Canaveses. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Mário Bruno da Silva Magalhães**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração (PS), no uso da palavra, declarou que o Orçamento apresentado para o ano de dois mil e dezassete vem uma vez mais ferir o investimento estratégico de coesão económica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável do Município de Marco de Canaveses, uma vez que não garante o crescimento inclusivo das freguesias e não promove a equidade na distribuição dos recursos e serviços do município, agravando as assimetrias internas e em relação aos concelhos vizinhos, nomeadamente de Amarante, Penafiel e Baião, em áreas como as estruturas de água e saneamento, apenas para mencionar um exemplo. Mais afirmou que o Orçamento apresentado não reconhece as especificidades de cada uma das



freguesias do concelho, nem o seu potencial de expansão em função da sua localização geográfica, não sendo possível continuar a aceitar a simples premissa de que não é possível tratar de forma igual aquilo que é diferente, segundo palavras recorrentemente pronunciadas pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

---Por outro lado, declarou que o argumento da dívida municipal como justificação para a falta de investimento já não é válido, estando as contas estabilizadas e tendo a Câmara Municipal uma verba líquida de cerca de oito milhões e meio de euros (8.500.000€) de conta de gerência a transitar para o Orçamento de dois mil e dezassete. -----

---Em seguida, deixou algumas perguntas concretas ao Vereador com o pelouro financeiro, designadamente sobre os investimentos previstos para a Freguesia de Santo Isidoro e Livração, ou para freguesias de menor dimensão, como Sande e S. Lourenço do Douro, Constance, Sobretâmega, Banho e Carvalhosa, ou em cada uma das restantes freguesias. Sendo a educação uma aposta estratégica do Executivo, conforme mencionado, questionou se a Escola de Toutosa, na Freguesia de Santo Isidoro e Livração, será contemplada com uma intervenção de reabilitação do telhado, solicitada há bastante tempo à Câmara Municipal, ainda sem qualquer resposta. -----

---Fez notar que várias das obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos estão previstas e têm vindo a ser constantemente adiadas desde dois mil e oito, como a referida reabilitação da Escola de Toutosa (mais uma vez adiada para dois mil e dezoito), apenas para mencionar um exemplo. Alegou que lamentavelmente os recursos públicos advenientes dos impostos pagos pelos cidadãos são invariavelmente canalizados para investimentos nas mesmas freguesias e locais, em detrimento das restantes comunidades locais do concelho. -----

---Trazendo novamente à atenção uma questão colocada no período de intervenção do público, perguntou qual a taxa de juro efetiva dos novos contratos de empréstimo previstos para a substituição da dívida do Município de Marco de Canaveses no caso concreto de a Euribor se fixar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

nos zero vírgula cinco pontos percentuais negativos (-0,5%). Mais questionou qual a data prevista para a cessação do plano de reequilíbrio financeiro do Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Susana Raquel Vieira Pereira**, Substituta Legal do Presidente da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo (PS), solicitou um esclarecimento sobre a verba cabimentada para a requalificação e ampliação da Escola de S. Sebastião, de cinquenta mil euros (50.000€), uma vez que aquando de uma visita de trabalho efetuado às instalações o custo da intervenção foi fixado entre os duzentos (200.000€) e os duzentos e cinquenta mil euros (250.000€). Mais questionou se o refeitório do estabelecimento escolar se irá efetivamente manter nas condições atuais. -----

----Por fim, referenciou a Escola de Paços de Gaiolo como credora de uma intervenção profunda, em benefício dos alunos que merecem condições mais dignas no seu processo educacional. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), comentando individualmente os eixos estratégicos definidos pela Câmara Municipal para o desenvolvimento do concelho, e começando pela área da educação, declarou que o Executivo deliberadamente omitiu a questão da revisão da Carta Educativa, conforme obrigatoriedade legal constante do Decreto-lei n.º 7/2013, de quinze de janeiro, assumindo desta forma a sua aparente indisponibilidade para proceder à sua revisão. -----

----Relativamente ao segundo eixo, de defesa da qualidade ambiental, preservação do património natural e reforço da cobertura dos serviços, salientou que este não é consequente com os investimentos previstos em infraestruturas de água e saneamento, cuja cobertura está ainda muito aquém do ambicionado. Sobre a qualidade ambiental, lembrou que a Câmara Municipal possui estações elevatórias desligadas e ETAR's obsoletas e completamente desajustadas às necessidades do concelho, traduzindo-se em efluentes despejados sistematicamente para as linhas de água. -----

----Quanto ao eixo do desenvolvimento económico, referiu que a Câmara Municipal mais não faz



do que reiterar o compromisso de dinamização do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico com um programa de apoio à economia e emprego, organismo cuja existência ou atuação são manifestamente desconhecidos, concluindo-se não existir uma verdadeira estratégia de apoio à economia, que se implementada em tempo devido, poderia estar agora a dar os seus frutos em termos de criação de emprego e crescimento económico. Salientou ainda a inexistência de respostas e soluções para os empreendedores que pretendem ampliar os seus negócios, e referiu que dos dois milhões e meio de euros (2.500.000€) de dotação orçamental para funções económicas, cerca de oitenta e cinco por cento (85%) estão afetos à empresa de transportes urbanos. -----

----No quarto eixo, do desporto, e no quinto, do turismo e cultura, a Câmara Municipal limita-se a reiterar a intenção de projetar a Carta Municipal do Desporto e a Carta Municipal do Turismo e da Cultura, projetos sucessivamente adiados nos últimos onze anos. -----

----Por outro lado, assinalou a previsão de execução da implementação da contabilidade de custos, a qual não só supostamente já estará implementada, como é obrigatória desde dois mil e dois. -----

----Neste respeito, relevou a questão levantada pelo deputado **José António Valdoleiros**, realçando o facto de o Revisor Oficial de Contas ser parte interessada na empresa responsável pela implementação do sistema de contabilidade de custos no município, o que alegadamente gera um conflito ético. -----

----Lendo-se no documento que a norma de controlo interno irá entrar em vigor, lembrou que a mesma foi aprovada em dois mil e quinze, entrando automaticamente em vigor após a sua aprovação. -----

----Seguidamente, lamentou que os Presidentes das Juntas de Freguesia não tenham sido auscultados aquando da definição de projetos a candidatar a fundos comunitários do Portugal 2020 através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, os quais invariavelmente se centram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

nas Freguesias do Marco e Alpendorada, Várzea e Torrão. -----

----Relativamente ao Orçamento, e em matéria de receitas fiscais, questionou como se coaduna a previsão de crescimento de duzentos e cinquenta e cinco mil euros (255.000€) de receitas de IMI com a descida desta taxa em zero vírgula zero cinco pontos percentuais (0,05%). -----

----Em relação às despesas com pessoal, e atendendo às carências que continuam a ser visíveis, solicitou informações concretas sobre as categorias profissionais dos nove colaboradores que cessaram funções e dos dez que foram admitidos. Mais questionou a suposta redução de despesas com pessoal, atendendo a que o número de funcionários admitidos (além dos respetivos vencimentos, de acordo com a categoria profissional, numa ótica de valorização do quadro técnico superior da Câmara Municipal) supera o número de funcionários que saíram. -----

----Destacou a parca dotação financeira para a Proteção Civil e combate a incêndios, apesar de o Município de Marco de Canaveses ter sido severamente fustigado no último verão. Em termos de funções sociais, salta à vista a inexistência de dotação em áreas tão fundamentais como a saúde, apoio às famílias, agricultura, mercados e feiras e atividade comercial, bem como as diminutas verbas afetas à habitação ou ação social. -----

----Nas funções económicas, solicitou esclarecimentos sobre os locais onde estão previstos os investimentos na construção de passeios, em viadutos e arruamentos, espaços de lazer, equipamento básico e construções diversas. -----

----Por fim, sublinhou que dos oito milhões de euros (8.000.000€) afetos a investimentos no Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento Municipal, dois milhões e oitocentos mil euros (2.800.000€) – cerca de trinta e cinco por cento (35%) – são destinados a apenas duas freguesias do concelho, verba que ainda incrementará com a inclusão do saldo de gerência, o que contribui para alargar as assimetrias sociais e territoriais. -----

----Na conclusão da sua intervenção, e fazendo referência a intervenção anterior do Presidente da



Câmara Municipal, exaltou a dignidade e responsabilidade de cada um dos cargos para os quais os autarcas foram democraticamente eleitos, seja na Câmara Municipal ou Juntas de Freguesia, Executivo, Vereação ou Assembleia Municipal. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Carla Manuela de Abreu Massa e Babo Ribeiro** (PPD/PSD), declarou que este último Orçamento apresentado pelo Executivo liderado pelo Dr. Manuel Moreira vem na linha de um caminho marcado pela mudança e construção de um novo Marco, município que recuperou a sua credibilidade, solvendo os seus compromissos e pagando atempadamente aos seus fornecedores, numa gestão aberta, rigorosa e transparente dos recursos financeiros ao longo dos últimos onze anos. -----

----Manifestou-se surpreendida com alguns dos reparos efetuados pela Bancada da Oposição, uma vez que os Orçamentos são dinâmicos e instrumentos estratégicos que preveem uma natural continuidade. Destacou que o Plano de Atividades que encerra este ciclo autárquico é marcado pela modernização e pela maximização do acesso a fundos comunitários no âmbito do investimento municipal, e que as prioridades definidas pelo Executivo encontram plena correspondência nas respetivas dotações orçamentais. -----

----Em relação ao ordenamento do território, realçou as áreas de intervenção previstas em ARU – Área de Reabilitação Urbana, nomeadamente no Plano de Ação e Reabilitação Urbana do Marco de Canaveses, tendo em vista a beneficiação de vias de comunicação urbanas, Centro Cultural do Marco e Museu Municipal Cármen Miranda, e no Plano Municipal Urbano Sustentável, com a construção e beneficiação de passeios. -----

----Frisou a aposta na requalificação e ampliação do parque industrial de Marco de Canaveses, imprescindível para o desenvolvimento económico do concelho, e o contínuo apoio e parceria da Câmara Municipal com todas as instituições sedeadas no concelho, nas mais diversas vertentes. ---

----Deixou uma palavra de reconhecimento à Câmara Municipal e ao Presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

Freguesia de Vila Boa do Bispo, pela disponibilidade em acolher o novo Centro de Bem Estar Animal na sua freguesia, obra que avança a bom ritmo. -----

----Na área do turismo, destacou a construção da Pousada da Juventude do Marco de Canaveses, nas imediações do Rio Tâmega. -----

----Em conclusão, referiu que o modelo de gestão defendido nos documentos previsionais potencia os recursos materiais e imateriais do concelho e capacita os diversos mecanismos de criação de riqueza interna, sem condicionar as gerações futuras. Acrescentou que o Marco de Canaveses deixou de ser reconhecido e referenciado pelos piores motivos, afirmando-se pela qualidade de vida que proporciona. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Patrícia Pinto Vieira** (MP), começou por referir que a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e dezassete nada traz de novo no tocante ao modelo de governação adotado pelo Executivo Camarário, segundo o qual a Câmara Municipal é fortemente financiada por fundos comunitários, transferências do Governo Central e uma altíssima tributação municipal, sendo que neste último campo o município perde uma vez mais a oportunidade de se distinguir dos concelhos vizinhos, potenciando a captação e fixação de investimento externo. -----

----Argumentou que o Orçamento para dois mil e dezassete poderia e deveria ser bem mais ambicioso em áreas estruturantes como a ação social, cultura ou turismo, atendendo à saúde financeira do município que se repercute na apresentação de Orçamentos sólidos e consistentes, com elevadas taxas de execução. -----

----Face ao exposto, e na expectativa de que as recomendações efetuadas venham a ser levadas em conta na elaboração de futuros Orçamentos, indicou que a Bancada do Marco Positivo se irá abster na presente votação. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Silva Monteiro** (MCFT), no uso da



palavra, indagou acerca da possibilidade de candidatura a fundos comunitários do Portugal 2020 para criação de infraestruturas desportivas, reiterando a defesa pela aposta num projeto de aproveitamento das excecionais potencialidades dos recursos hídricos do concelho para a prática de desportos náuticos, o qual também traria reflexos positivos na área do turismo e crescimento económico de Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Luís António Pereira Pinto** (PPD/PSD), começou por deixar uma palavra de louvor ao Presidente da Câmara Municipal, indicando que este seu último Orçamento é um reflexo claro de que poderá deixar as funções que exerceu durante os últimos onze anos com verdadeiro senso de realização e de dever cumprido. -----

----Face a algumas críticas anteriormente apontadas, argumentou que acima de tudo o Orçamento para dois mil e dezassete se destaca pela coerência e responsabilidade que pautaram a governação do Executivo social democrata, sucessivamente sufragada e credora do voto de confiança da vasta maioria dos Marcoenses. Realçou o facto de ter sido inegavelmente cumprido o compromisso de operar uma mudança tranquila no Marco de Canaveses, perfeitamente visível na forma responsável como o município tem sido gerido, na recuperação da credibilidade externa e na diminuição da dívida, culminando numa proposta de reestruturação da dívida que permitiria à Câmara Municipal libertar-se das pesadas amarras do contrato de reequilíbrio financeiro e ter mais fluidez financeira para candidaturas a fundos comunitários e intervenções nas diversas freguesias. -----

----Sobre as acusações de falta de coesão territorial, lembrou ter sido o atual Executivo a incrementar as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, além de uma aposta clara na educação, desporto e associativismo transversal a todo o concelho. -----

----Lamentou profundamente a falta de reconhecimento a uma estratégia de governação que permitiu alavancar com fundos comunitários obras estruturantes para o desenvolvimento do Concelho de Marco de Canaveses, falhando a Oposição em apresentar alternativas sérias e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

credíveis. -----

----Concluindo a sua intervenção, deixou a sugestão para que quaisquer verbas remanescentes da Câmara Municipal, em especial no que concerne ao saldo a transitar para o Orçamento de dois mil e dezassete, possam eventualmente ser utilizadas para amortização da dívida municipal. -----

----O Presidente da Câmara Municipal, **Manuel Maria Moreira**, introduziu a sua resposta dizendo que não sente particular prazer ou alegria em ter que repetidamente falar sobre o quadro económico-financeiro do Município de Marco de Canaveses, e que apenas o faz por ser algo que incontornavelmente condiciona toda a atuação e ambição do Executivo. Lembrou o esforço sério e diligente efetuado para cumprir cabalmente todos os compromissos herdados, que gradualmente devolveram o Município de Marco de Canaveses ao patamar de uma instituição reconhecidamente responsável e credível, gestão espelhada nos graus de execução orçamental sucessivamente alcançados e exaltados por entidades idóneas. -----

----Realçou que o saldo de conta de gerência a transitar para o Orçamento aquando da Prestação de Contas será essencial para alavancar candidaturas a fundos comunitários ou para dar resposta a empreitadas cujo concurso foi ou está para ser lançado, em intervenções estruturantes que corresponderão aos anseios transmitidos pelos Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----Sendo o Executivo acusado de falta de estratégia para o desenvolvimento do concelho, redarguiu que tal declaração constitui um atestado de menorização do povo Marcoense, o qual concedeu democraticamente o seu voto de confiança ao Executivo eleito, mediante a apresentação do seu programa governativo, além de não encontrar aderência a uma realidade inquestionável de um concelho mais vivo, dinâmico, responsável e com uma maior qualidade de vida dos seus cidadãos. -----

----Manifestou-se surpreendido com as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, alegando que por manifestos imperativos partidários a sua atitude se



transforma completamente no espaço da Assembleia Municipal, tornando-se um acérrimo combatente da Câmara Municipal e abandonando a postura colaborante e de parceria tantas vezes adotada no constante diálogo com o Executivo Camarário. -----

----Rejeitou liminarmente a premissa segundo a qual a dívida já não se traduz numa real condicionante à ação da Câmara Municipal, lembrando que mensalmente duzentos e oitenta mil euros (280.000€) entram nos cofres do município e são diretamente canalizados para o pagamento do serviço da dívida, quando poderiam ser utilizados em investimentos diversos no território concelhio. -----

----Respondendo à deputada **Raquel Pereira**, esclareceu que a rubrica afeta à Escola de Paços de Gaiolo será reforçada aquando da incorporação do saldo de gerência, permitindo dar cumprimento a um conjunto de intervenções programadas para a requalificação do estabelecimento escolar. ----

----Sobre a intervenção da deputada **Cristina Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, lamentou o seu aparente desconhecimento relativamente às áreas de acolhimento industrial no Marco de Canaveses, lembrando estar o projeto para a requalificação e ampliação da zona industrial de Tuías apenas dependente do parecer favorável e aprovação dos órgãos competentes, que infelizmente tem tardado mais do que seria previsto. -----

----Por outro lado, lembrando que as condicionantes impostas pelo contrato de reequilíbrio financeiro não são favoráveis à atração e fixação de investimentos externos, salientou a importância da proposta de reestruturação da dívida municipal que permitiria à Câmara Municipal libertar-se antecipadamente desse contrato, recordando, porém, a posição adotada pela Bancada do Partido Socialista na discussão da referida proposta. -----

----Sobre a intenção de redigir a Carta Municipal do Desporto, indicou estar a aguardar há sensivelmente sete anos que o Instituto do Desporto e Juventude apresente as linhas orientadoras para a sua elaboração, conforme compromisso assumido com todos os municípios. Acrescentou



que no plano regional, tomou-se a decisão de se avançar para a elaboração de uma Carta Desportiva Intermunicipal para o Tâmega e Sousa, estando já os técnicos dos diversos municípios a trabalhar nesse sentido. -----

---Declarou que os Presidentes das Juntas de Freguesia são conhecedores dos grandes objetivos que enformam a política da Câmara Municipal no que tange a candidaturas a fundos comunitários do Portugal 2020, Quadro Comunitário que infelizmente não tem avançado com a celeridade prevista. No entanto, destacou o papel da Associação Nacional de Municípios ao impulsionar a implementação do Portugal 2020 e Norte 2020, contribuindo para a flexibilização de um conjunto de normas e exigências na apresentação de candidaturas, de modo a agilizar os procedimentos. Acrescentou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem pugnado pela reprogramação do Quadro Portugal 2020, se possível já em dois mil e dezassete, para reforço de verbas disponíveis para áreas estruturantes. -----

---Sobre os investimentos canalizados para as Freguesias do Marco e de Alpendorada, Várzea e Torrão, alegadamente em detrimento das restantes freguesias do concelho, fez notar que os trinta e cinco por cento (35%) das verbas de investimento para estas freguesias ainda assim ficam aquém dos mais de quarenta por cento (40%) da população Marcoense que se concentra nestas duas freguesias. Sendo certo que as oportunidades de crescimento e desenvolvimento das comunidades locais devem ser tão equitativas quanto possível, certamente que a concentração demográfica em áreas urbanas e consequentes necessidades são fatores que não poderão ser simplesmente ignorados na definição de prioridades de investimento. -----

---Na sequência de crítica anterior do deputado **Rolando Pimenta** sobre a discussão relativa a assuntos de carácter nacional, assinalou as referências que a deputada **Cristina Vieira** efetuou sobre política nacional e atuação do Governo do Partido Socialista, sobre as quais não teceu considerações adicionais, lembrando apenas que as últimas eleições legislativas realizadas em



dois mil e quinze foram ganhas pela coligação liderada pelo Partido Social Democrata. -----

----Agradeceu as palavras da deputada **Carla Babo**, reiterando estar continuamente ao lado dos Presidentes de Junta naquilo que são as suas ambições e pretensões para o desenvolvimento das respetivas comunidades locais. -----

----O Vice-Presidente da Câmara, **José António Carvalho Soares da Mota**, em complemento, e respondendo à intervenção da deputada **Patrícia Vieira**, que declarou que o Orçamento nada traz de novo em termos do peso da carga fiscal, receita proveniente de fundos comunitários e transferências do Estado, referiu ser esta uma prova inequívoca da coerência e estrita adesão do Executivo à estratégia que delineou desde que assumiu funções na Câmara Municipal, e que mereceu o reiterado voto de confiança da população. -----

----Quanto às transferências do Estado, esclareceu estarem definidas por Lei e serem transversais a todos os municípios do país. -----

----Sobre a forte carga fiscal, lembrou que esta resulta da imposição de um contrato de reequilíbrio financeiro celebrado em dois mil e quatro, do qual o Executivo se está a tentar libertar mediante o processo de reestruturação da dívida municipal. No entanto, assinalou que aquando da discussão desta proposta de substituição da dívida, as Bancadas da Oposição não foram coerentes nas suas tomadas de posição com aquilo que verbalmente defendem, como no caso da discussão do presente ponto da ordem de trabalhos. -----

----Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, limitou-se a afirmar que a realidade dos números contraria categoricamente a argumentação segundo a qual a questão da dívida municipal está ultrapassada, uma vez que esta ainda é superior a vinte milhões de euros (20.000.000€). -----

----Respondendo à questão suscitada pela deputada **Cristina Vieira** acerca dos recursos humanos, indicou que a estratégia do município nunca assentou numa lógica de mera renovação dos quadros,



mas antes numa aposta na contínua valorização dos quadros técnicos superiores, lembrando que em dois mil e cinco o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal contava apenas com vinte e cinco técnicos superiores num universo de cerca de quinhentos colaboradores, e que daí até então o Quadro de Pessoal viu-se reduzido em cento e sete colaboradores. -----

----No que diz respeito à evolução da despesa da rubrica geral de pessoal, informou estarem consideradas as remunerações, horas extraordinárias e despesas com saúde, sendo esta rubrica dotada com as verbas necessárias para fazer face ao Mapa de Pessoal conforme apresentado. No entanto, explicou que não se concretizando o recrutamento previsto de pessoal logo no início do ano, naturalmente que a dotação orçamental não precisa estar totalmente cabimentada a um de janeiro. -----

----Por outro lado, justificou o aumento nas despesas com pessoal com a subida do salário mínimo nacional e com a reposição dos cortes que incidiam sobre os vencimentos em determinados níveis remuneratórios. -----

----Relativamente às questões do ambiente, mais concretamente sobre as estações elevatórias e de tratamento de resíduos, explicou que embora a Câmara Municipal promova os investimentos, é posteriormente realizado um auto de transferência dos equipamentos para a empresa concessionária Águas do Marco, a qual é responsável pela sua gestão e funcionamento. Porém, e contra a vontade da Câmara Municipal, a empresa concessionária entende que enquanto não estiverem contratualizadas as ligações de todos os utentes a uma determinada estação elevatória ou ETAR, a mesma não é colocada em funcionamento, questão que remete e que vem na sequência do já referenciado litígio judicial que opõe a Câmara Municipal às Águas do Marco. -----

----O Vereador **Vítor Manuel de Vasconcelos Gonçalo**, em complemento, e começando por fazer alusão à intervenção do deputado **Mário Bruno Magalhães**, segundo a qual o presente Orçamento vem ferir o desenvolvimento estratégico sustentável de Marco de Canaveses e não assegura a



coesão social e territorial, agravando as assimetrias internas, declarou que a Assembleia Municipal não estará certamente esquecida da posição assumida pelo deputado – voto contra, em dissonância da própria Bancada que integra – aquando da discussão do plano de reestruturação da dívida municipal, cujo objetivo é exatamente libertar verbas, pela cessação do contrato de reequilíbrio financeiro, para alavancar o investimento e reduzir as assimetrias no território concelhio. -----

----Tendo o deputado tido oportunidade de estudar cabalmente a questão das propostas apresentadas pelas entidades bancárias para reestruturação da dívida do município quando este assunto foi apreciado e votado em sessão anterior, limitou-se a clarificar que uma taxa Euribor negativa não consubstancia um desconto ou redução no *spread*, pelo que para efeitos contabilísticos a taxa Euribor cifra-se em zero quando fixada em valores percentuais negativos. ----

----Em resposta à questão concreta levantada pelo deputado, frisou ser do conhecimento geral que se não for aprovada a proposta de reestruturação da dívida municipal, o contrato de reequilíbrio financeiro, com todas as condicionantes advenientes do mesmo, prolongar-se-á até dois mil e trinta, até que a dívida contraída em dois mil e quatro seja integralmente solvida. -----

----Referiu que as preocupações da deputada **Cristina Vieira** acerca do desenvolvimento da economia pela via da fixação de novas indústrias e empresas vêm novamente confluir à necessidade de o município se libertar rapidamente do contrato de reequilíbrio financeiro que obriga à fixação de taxas máximas nos impostos municipais. -----

----Clarificou que o Revisor Oficial de Contas é, por natureza, uma entidade totalmente independente e isenta nas opiniões que omite, sendo a Câmara Municipal alheia a quaisquer conflitos éticos que este possa eventualmente ter. -----

----Sobre a entrada em vigor da norma de controlo interno, referiu tratar-se de um mero lapso de escrita, visto que efetivamente este passa a vigorar imediatamente após a sua aprovação. -----

----Sobre o aumento estimado de receita por via da arrecadação do IMI, explicou que de acordo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

com as normas estabelecidas pelo POCAL, a receita estimada tem por base o histórico dos vinte e quatro meses anteriores ao mês de referência (setembro) para a elaboração do Orçamento. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), apontou a aparente discrepância entre o aumento de despesas com pessoal, referenciado e justificado pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, e aquilo que efetivamente se lê nos documentos previsionais, segundo os quais as despesas com pessoal surpreendentemente diminuem. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Bruno da Silva Magalhães**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração (PS), lamentou e solicitou para que ficasse registado o facto de não ter obtido respostas concretas a nenhuma das perguntas objetivas por si colocadas. ----

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, submeteu à votação a proposta constante do **Ponto três, Ponto três** da ordem de trabalhos, tendo esta sido aprovada por **maioria** com dezoito (18) votos a favor, nove (09) votos contra, e dez (10) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Rolando António França Pimenta** (PS), apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----*Declaração de voto – Assunto: GOP’S e Orçamento para 2017 – O Grupo Municipal do PS, analisando a documentação facultada pelo Executivo Municipal e face ao teor do debate suscitado em torno das grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico de 2017, deliberou votar contra, pelos motivos a seguir mencionados: -----*

----*a) Desorçamentação – Cerca de um terço das despesas correntes foram diferidas, pelo que só no decurso de dois mil e dezassete esta Assembleia tomará conhecimento do destino proposto pela Câmara Municipal a cerca de nove milhões de euros; -----*

----*b) Ocultação de despesas de investimento – Cerca de três milhões de euros incluídos na*



rubrica 7 – Investimentos – não se encontram devidamente explicitadas (cerca de trinta e sete por cento das despesas de investimento). -----

----c) Ausência de equidade na distribuição de investimento – Sendo previsível que mais de cinquenta por cento de despesas de investimento sejam levadas a cabo em apenas duas freguesias, enquanto algumas das restantes catorze freguesias não beneficiam de qualquer investimento, apesar de não disporem de infraestruturas ao nível das duas freguesias favorecidas. -----

----d) Inexistência de uma aposta clara na promoção do desenvolvimento económico e social; -----

----e) Ausência de investimento em políticas sociais – Pela reiterada política de dotação orçamental residual – ou ausência dela – em áreas como a Saúde, Habitação Social, Ação Social e Famílias; -----

----f) Inexistência de dotação Orçamental em setores ou atividades relevantes para o Concelho, designadamente: Agricultura, Mercados e Feiras e Comércio. -----

----Marco de Canaveses, 26 de novembro de 2016. -----

----O Coordenador do Grupo Municipal do Partido Socialista – Rolando António França Pimenta. -----

*----O Membro da Assembleia Municipal **Susana Raquel Vieira Pereira**, Substituta Legal do Presidente da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo (PS), apresentou a seguinte declaração de voto: -----*

----Declaração de Voto – Abstenho-me à votação do Orçamento porque as obras solicitadas por nós, Junta de Freguesia Penha Longa e Paços de Gaiolo, não estão espelhadas nem definidas no Orçamento para 2017. -----

----Nem para que fim são cinquenta mil euros da Escola de S. Sebastião n.º 1. -----

----Raquel Pereira – 26/11/2016. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

---O Membro da Assembleia Municipal **Mário Bruno da Silva Magalhães**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração (PS), apresentou a seguinte declaração de voto: -----

---*Declaração de Voto – Orçamento 2017 – Atendendo à intervenção já efetuada, bem como ao facto de o Orçamento para o ano de dois mil e dezassete não incorporar as obras afetas à requalificação do Largo Padre Manuel Ribeiro Gomes, obras no Largo da Igreja Românica de Santo Isidoro, obras de melhoramento da Unidade de Saúde Familiar da Livração, pavimento sintético no Grupo Desportivo da Livração, não tratando assim de forma igualitária todas as freguesias, ignorando por completo grande parte das mesmas, negando-lhes a oportunidade de desenvolvimento, o meu voto não pode ser favorável ao dito.* -----

---*Mário Bruno Silva Magalhães – 26/11/2016.* -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), fez uma declaração de voto verbal, justificando o seu voto contra com o facto de a Freguesia de Soalhães apenas ter contemplada no Orçamento uma rubrica para a requalificação da Escola EB1 de Eiró – cujo investimento fica aquém do inicialmente previsto para a construção do Centro Escolar de Soalhães, cofinanciado por fundos comunitários em oitenta e cinco por cento (85%)), sendo que as restantes intervenções necessárias na freguesia não passam de intenções sem reflexo no Orçamento Municipal. -----

---Reforçou que não só a Freguesia de Soalhães viu-se despojada do projeto de construção de um centro escolar, como perdeu a oportunidade de contar com um complexo desportivo associado a este projeto, não tendo sido devidamente ressarcida com a construção de um outro equipamento desportivo ou compensada com outros investimentos relevantes. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **José Fernando Barros Barbosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado (PS), apresentou a seguinte declaração de voto: -----

---*Declaração de Voto – Considerando que o Orçamento apresentado pelo Executivo da Câmara*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

Municipal para dois mil e dezassete exclui grande parte das nossas freguesias, contribuindo assim para uma desconexão territorial do nosso Concelho, o meu voto não pode ser favorável ao mesmo. -----

---Marco de Canaveses, 20 de novembro de 2016. -----

---José Fernando Barros Barbosa. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA.** -----

---Não havendo inscrições para intervir por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, submeteu de imediato à votação o **Ponto três, Ponto quatro** da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. Tomada de Conhecimento.** -----

---Não havendo inscrições para intervir por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, passou de imediato ao **Ponto três, Ponto seis** da Ordem de Trabalhos. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Eleição de um membro da Assembleia Municipal para o exercício de funções na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Marco de Canaveses, de acordo com os Artigos 17.º e 26.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.** -----

---Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa solicitou ao Plenário a apresentação de listas.

---Foi entregue à Mesa uma única lista pelo Coordenador do Grupo Municipal do Partido Social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

Democrata (PPD/PSD), **Luís António Pereira Pinto**, designada por **Lista A**, composta por **Maria Estela Vieira Freitas**. -----

----O Presidente da Mesa passou de imediato à votação por voto secreto, após a chamada individual pelo Primeiro Secretário. -----

----Terminada a votação, registando trinta e seis (36) votantes, obteve-se o seguinte resultado: -----

----Trinta e um (31) votos a favor, um (01) voto contra, quatro (04) votos em branco, e zero (00) votos nulos. -----

----Terminada a Ordem de Trabalhos e para efeitos imediatos, o Presidente da Mesa deu a palavra à Segunda Secretária, **Maria Estela Vieira Freitas**, para que sejam aprovados em minuta os pontos: três, ponto dois (**3.2**), três, ponto três (**3.3**) e três, ponto quatro (**3.4**) da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal. -----

----Nada mais havendo a tratar, quando eram dezassete horas e cinquenta minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e dezasseis, o Presidente da Mesa, **António Martinho Barbosa Gomes Coutinho**, deu por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu, **Gil Fernando Mendes Rodrigues**, na qualidade de Primeiro Secretário redigi, não transcrevendo na íntegra as intervenções, mas apenas um resumo dos assuntos tratados e das decisões tomadas, uma vez que existe uma gravação e também a transcrição na íntegra que ficam arquivadas, e podem ser lida e ouvida por qualquer membro que o solicite. -----

----(1) *A Mesa da Assembleia Municipal, reunida no dia seis de dezembro de dois mil e dezasseis, para apreciação das faltas dos membros da Assembleia Municipal, à sua única reunião da Sessão Ordinária do passado dia vinte e seis de novembro de dois mil e dezasseis, tomou as seguintes deliberações:* -----

----*Atendendo aos motivos apresentados, a Mesa deliberou justificar as faltas dos Presidentes da Junta da Freguesia de Avedas e Rosém, **Manuel Azevedo de Sousa**, da Junta de Freguesia de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 06
REALIZADA EM 26/11/2016

Penhalonga e Paços de Gaiolo, José Leitão do Couto, que se fizeram representar pelos seus substitutos legais, Maria de Fátima Barbosa Ribeiro e Susana Raquel Vieira Pereira. -----

-----O Presidente da Mesa-----

-----António Martinho Barbosa Gomes Coutinho-----

-----O Primeiro Secretário-----

-----Gil Fernando Mendes Rodrigues-----

-----A Primeira Secretária-----

-----Maria Estela Vieira Freitas-----
